



VALPARAÍSO-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALPARAÍSO DE GOIÁS

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA –
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2026

CÓD: OP-079MR-26
7908403589760

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Características e funcionalidades de gêneros textuais variados	9
2. Compreensão e interpretação de textos	13
3. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica	16
4. Gramática normativa	18
5. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	18
6. Mecanismos de coesão e coerência	20
7. Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	21
8. Tipos de argumento	21
9. Classificação gramatical	23
10. Processo de formação de palavras.....	30
11. Fenômenos gramaticais e construção de significados na Língua Portuguesa.....	31
12. Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	34
13. Concordância e regência verbal e nominal	39
14. Pontuação	42
15. Acentuação	44

Raciocínio Lógico-Matemático

1. Lógica e raciocínio lógico. Proposição lógica. Proposições simples e compostas. Operadores lógicos. Tabela verdade. Tautologia, contradição e contingência. Equivalências e negações	53
2. Lógica de argumentação	58
3. Conjuntos, subconjuntos e operações básicas de conjunto	62
4. Noções de Estatística: tabelas, gráficos e medidas de tendência central (média, moda e mediana)	65
5. Grandezas proporcionais, razão e proporção	69
6. Regra de três	71
7. Porcentagem.....	72
8. Juros simples e compostos	74

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás e do Município de Valparaíso

1. Conflitos sociais, desigualdade, pobreza, fome e direitos humanos	1
2. Emergências de saúde pública, surtos e epidemias.....	5
3. Questões atuais do meio ambiente, desastres ambientais, mudanças climáticas e políticas ambientais.....	10
4. Arte, cultura e patrimônio na região Centro-Oeste brasileira.....	15

ÍNDICE

5. Formação histórico-territorial de Goiás; Política, economia e sociedade em Goiás: da Colônia à República; Modernização da agricultura e urbanização do território de Goiás; Aspectos físicos do território goiano: vegetação, hidrografia, clima e relevo	19
6. Natureza, cultura e turismo em Goiás	32
7. Aspectos histórico-geográficos de Valparaíso de Goiás	36

Políticas e Legislação Educacional

1. Constituição Federal de 1988 (Art. 205 a 214): direito à educação; princípios do ensino; gestão democrática do ensino público; dever do Estado e financiamento da educação; Marcos legais da educação: Constituição Federal de 1988 (arts. 205 a 214)	123
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).....	126
3. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990)	146
4. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos legais, princípios, competências gerais e organização curricular da educação básica	185
5. Educação inclusiva e diversidade étnico-racial: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), inclusão escolar e acessibilidade no ambiente educacional	186
6. Obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (Lei nº 10.639/2003), posteriormente ampliada pela Lei nº 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Indígena.....	204
7. Tecnologias digitais na educação: inclusão digital, acesso a tecnologias digitais e educação digital escolar (Política Nacional de Educação Digital – Lei nº 14.533/2023)	205
8. Lei Orgânica do Município de Valparaíso de Goiás (Seção V, Capítulo III – Da Educação), texto promulgado em 06 de outubro de 1999, com alterações pelas Emendas à Lei Orgânica Municipal nº 1/2001 a 56/2025, até 11 de junho de 2025	207
9. Plano de Cargo, Carreiras e Remuneração dos servidores públicos municipais e outras providências (Lei Complementar nº 138/2025).....	208

Conhecimentos Específicos

Professor de Educação Básica – Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental

1. História da educação: educação na Antiguidade, sociedade medieval, sociedade moderna, origem da escola pública e história da educação brasileira	1
2. Planejamento e organização do trabalho pedagógico: Projeto Político-Pedagógico (PPP), planejamento escolar, plano de curso, plano de ensino e plano de aula	7
3. Integração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao planejamento e à prática pedagógica.....	10
4. Participação da escola, da família e da comunidade no processo educativo	13
5. Avaliação da aprendizagem: avaliação diagnóstica, formativa e somativa; acompanhamento do processo de aprendizagem; Estratégias de recuperação da aprendizagem.....	18
6. Teorias educacionais e desenvolvimento infantil: abordagem comportamental, construtivista (Piaget) e sócio-histórica (Vigotski)	20
7. Desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e psicomotor na infância.....	24
8. Relação entre ensino e aprendizagem nos anos iniciais	27
9. Estratégias pedagógicas para aprendizagem significativa.....	29
10. Processos de ensino e aprendizagem	34
11. Relação teórico-prática nos anos iniciais; interdisciplinaridade e integração das áreas do conhecimento; métodos, técnicas e estratégias diversificadas de ensino.....	37

ÍNDICE

12. Articulação do trabalho pedagógico com o Atendimento Educacional Especializado (AEE).....	40
13. Ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.....	44
14. Alfabetização e letramento.....	48
15. Ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia; ensino de Arte e Música	49
16. Integração entre conteúdos escolares, competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e vivências socioculturais.....	53
17. Elaboração de planos de ensino e avaliação das aprendizagens	57

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES DE GÊNEROS TEXTUAIS VARIADOS

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

TIPOS TEXTUAIS

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

► Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

▪ **Exemplo:** contos, romances, crônicas, anedotas.

► Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

▪ **Exemplo:** retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

► Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

▪ **Exemplo:** redações argumentativas, ensaios, editoriais.

► Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

▪ **Exemplo:** textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.

► Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

▪ **Exemplo:** manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.

► Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

▪ **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;

▪ **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);



AMOSTRA

- **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;
- **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;
- **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

► **Combinação dos Tipos Textuais**

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dissertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Diferentemente dos tipos textuais, que são formas mais rígidas e estruturais, os gêneros textuais são dinâmicos, adaptando-se às situações comunicativas e aos meios em que circulam, como o jornal, a internet, ou o ambiente acadêmico.

Os gêneros textuais são numerosos e variam conforme a evolução das formas de comunicação, mas podem ser organizados em diferentes categorias, dependendo de sua função social e das características formais que apresentam.

► **Notícia**

A notícia é um gênero textual do campo jornalístico, cujo objetivo é informar o público sobre fatos recentes ou de interesse social. Esse gênero é marcado pela objetividade e imparcialidade, apresentando os acontecimentos de forma direta e sem opiniões pessoais. A notícia costuma seguir a estrutura conhecida como pirâmide invertida, onde as informações mais importantes aparecem no início do texto, enquanto os detalhes são desenvolvidos ao longo do texto.

- **Estrutura:** título, lead (introdução com as informações principais), desenvolvimento e conclusão.
- **Exemplo:** notícias publicadas em jornais, portais de internet, telejornais.

► **Carta**

A carta é um gênero textual de comunicação escrita, utilizado para estabelecer contato entre interlocutores distantes no tempo ou no espaço. Dependendo do destinatário e do objetivo, a carta pode ser formal ou informal. No caso de uma carta formal, são utilizados vocabulário e expressões mais respeitosas, enquanto a carta informal permite uma linguagem mais coloquial e próxima.

- **Estrutura:** saudação, corpo do texto e despedida.
- **Exemplo:** cartas comerciais, cartas pessoais, e-mails.

► **Artigo de Opinião**

O artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo que expressa o ponto de vista do autor sobre determinado tema, geralmente um assunto de relevância atual. O objetivo é convencer o leitor por meio de argumentos bem estruturados. Embora apresente opiniões pessoais, o artigo de opinião deve ser fundamentado com dados, exemplos e argumentos lógicos.

- **Estrutura:** título, introdução (apresentação do tema), desenvolvimento (argumentação) e conclusão (fechamento com uma posição clara).
- **Exemplo:** artigos publicados em jornais, revistas e portais de internet.

► **Resenha**

A resenha é um gênero textual que visa analisar e avaliar uma obra cultural, como um livro, filme, peça de teatro, evento, entre outros. A resenha combina descrição e crítica, oferecendo um resumo da obra e, ao mesmo tempo, apresentando a opinião do autor da resenha sobre a qualidade e a relevância da obra em questão.

- **Estrutura:** identificação da obra (título, autor), resumo do conteúdo, análise crítica e conclusão.
- **Exemplo:** resenhas de livros, críticas de cinema, avaliações de produtos.

► **Crônica**

A crônica é um gênero textual que apresenta uma reflexão sobre situações cotidianas, frequentemente com um tom pessoal e subjetivo. Geralmente breve, a crônica pode ter um caráter humorístico, poético ou reflexivo, abordando temas simples, mas sempre com um olhar crítico ou irônico. É comum encontrarmos crônicas em jornais e revistas, onde são utilizadas para comentar pequenos acontecimentos do dia a dia.

- **Estrutura:** narrativa breve, com espaço para reflexões do autor sobre o tema abordado.
- **Exemplo:** crônicas jornalísticas, crônicas literárias.

► **Relatório**

O relatório é um gênero textual utilizado em contextos profissionais e acadêmicos para registrar, de maneira objetiva e detalhada, os resultados de uma investigação, experiência ou atividade. O relatório busca informar e documentar um processo, podendo incluir dados quantitativos e qualitativos, tabelas, gráficos e conclusões baseadas nas evidências apresentadas.

- **Estrutura:** introdução, desenvolvimento (metodologia, descrição dos dados) e conclusão.
- **Exemplo:** relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LÓGICA E RACIOCÍNIO LÓGICO. PROPOSIÇÃO LÓGICA. PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. OPERADORES LÓGICOS. TABELA VERDADE. TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA. EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença a é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição para o silogismo é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior e a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

AMOSTRA

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

► **Tabelas verdade**

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Conectivo ou

Colocando o conectivo $\vee$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONFLITOS SOCIAIS, DESIGUALDADE, POBREZA, FOME E DIREITOS HUMANOS

PANORAMA HISTÓRICO DOS CONFLITOS SOCIAIS EM GOIÁS

Ao longo de sua história, o estado de Goiás foi palco de diversos conflitos sociais, muitos dos quais ligados à posse da terra, à exclusão social e à luta por direitos básicos. Entender esse panorama é fundamental para compreender os desafios sociais que ainda persistem na região.

► Formação histórica e estrutura fundiária

Desde o período colonial, Goiás se caracterizou por uma ocupação territorial marcada por grandes propriedades rurais. A economia baseada na mineração e, posteriormente, na agropecuária, incentivou a concentração de terras nas mãos de poucos. Esse modelo gerou um desequilíbrio estrutural entre grandes latifundiários e trabalhadores sem terra, que perdura até hoje.

No século XVIII, com a descoberta de ouro na região, houve um crescimento populacional rápido, mas desorganizado. A Coroa Portuguesa instalou estruturas de controle e extração, deixando de lado políticas de inclusão e planejamento social. Com o esgotamento do ouro, muitos migrantes ficaram à margem da economia formal, iniciando um histórico de exclusão econômica que se estenderia pelos séculos seguintes.

► Lutas por terra e território

A concentração fundiária sempre esteve no centro dos conflitos em Goiás. No século XX, principalmente a partir da década de 1950, com o processo de modernização agrícola e a mecanização do campo, milhares de trabalhadores rurais foram expulsos de suas terras ou perderam suas formas tradicionais de sustento. Esse fenômeno gerou favelização nas cidades e migração forçada.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passou a ter forte atuação no estado, organizando ocupações e assentamentos como forma de pressionar o poder público por reforma agrária. Esses movimentos nem sempre foram recebidos com diálogo: muitos conflitos envolveram violência, repressão policial e disputas judiciais prolongadas.

Além do MST, outros movimentos sociais ligados à questão indígena e quilombola também surgiram, reivindicando não só acesso à terra, mas também respeito à cultura, ao modo de vida e aos direitos garantidos por lei. Em Goiás, comunidades quilombolas como Kalunga e indígenas de etnias como os Avá-Canoeiro enfrentaram — e ainda enfrentam — a invisibilidade institucional e a disputa por territórios tradicionais.

► Urbanização e novos conflitos

A urbanização acelerada em Goiás, especialmente a partir da década de 1970 com a criação de Goiânia e o crescimento de cidades como Anápolis e Aparecida de Goiânia, trouxe novos desafios. O êxodo rural pressionou as cidades, que passaram a apresentar favelas, moradias precárias e serviços públicos insuficientes. A falta de planejamento urbano e políticas sociais eficazes contribuiu para o surgimento de novos tipos de conflitos sociais, agora marcados por violência urbana, disputas por moradia e acesso a serviços básicos como saúde e educação.

O surgimento de movimentos de moradores, associações comunitárias e organizações não governamentais foi uma resposta popular à ausência do Estado. Essas entidades atuaram e ainda atuam na luta por melhorias nos bairros periféricos e na garantia de direitos.

► Discriminação e exclusão de grupos vulneráveis

Os conflitos sociais em Goiás não se restringem ao campo ou à moradia. Eles também se manifestam nas desigualdades de gênero, raça e orientação sexual. A população negra, quilombola, indígena, LGBTQIA+ e mulheres enfrentam desigualdade de oportunidades, violência e marginalização em diferentes contextos. Essas lutas, muitas vezes silenciadas, também fazem parte do panorama histórico dos conflitos sociais goianos.

Organizações da sociedade civil e movimentos de base têm trabalhado para dar visibilidade a essas pautas, pressionando por políticas de igualdade e justiça social. Embora haja avanços, a realidade ainda apresenta barreiras estruturais que dificultam a equidade plena.

► Participação popular e avanços recentes

Apesar das dificuldades, Goiás também tem registrado avanços importantes. A partir dos anos 2000, houve maior institucionalização das políticas sociais e criação de conselhos e fóruns participativos que deram voz a setores historicamente excluídos. A atuação do Ministério Público, de defensores públicos e de entidades ligadas aos direitos humanos tem contribuído para a mediação de conflitos e o fortalecimento da cidadania.

O reconhecimento de comunidades tradicionais, os programas de redistribuição de renda e os investimentos em educação e saúde em áreas vulneráveis são exemplos de medidas que, mesmo que ainda insuficientes, representam passos na direção da superação de conflitos históricos.

DESIGUALDADE SOCIAL: RAÍZES E EXPRESSÕES NO ESTADO

A desigualdade social em Goiás, assim como em outras partes do Brasil, não é apenas um resultado das condições econômicas atuais, mas fruto de um processo histórico de exclusão, concentração de renda e falta de acesso a direitos fundamentais.



AMOSTRA

► **Raízes históricas da desigualdade**

A estrutura social de Goiás foi moldada desde o período colonial por uma divisão profunda entre proprietários de terras e trabalhadores pobres, principalmente negros e indígenas. A abolição da escravidão, em 1888, não foi acompanhada por políticas públicas de inclusão, o que empurrou os ex-escravizados para as margens da sociedade. Essa ausência de reparação histórica teve efeitos duradouros na organização social do estado.

A estrutura fundiária desigual também contribuiu para esse quadro. Enquanto grandes fazendas concentravam a riqueza, camadas populares viviam em condições de subsistência, sem acesso adequado à terra, à educação e aos serviços públicos. Com o tempo, a modernização econômica e o avanço do agro-negócio em Goiás, sem a devida distribuição dos benefícios gerados, acabaram aprofundando essa desigualdade.

► **Desigualdade entre campo e cidade**

Um dos aspectos mais marcantes da desigualdade social em Goiás é a disparidade entre o meio rural e o urbano. Nas áreas rurais, muitos trabalhadores vivem sem acesso a saneamento básico, saúde de qualidade ou escolas bem estruturadas. A dependência de trabalho informal e a dificuldade de acesso a políticas públicas tornam essas populações mais vulneráveis à pobreza extrema.

Nas cidades, embora haja mais acesso a serviços, a desigualdade se expressa na segregação espacial. A população de baixa renda se concentra em bairros periféricos com infraestrutura precária, enquanto as regiões centrais e nobres recebem mais investimentos.

Esse contraste é visível em municípios como Goiânia e Aparecida de Goiânia, onde há diferenças marcantes no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre bairros.

► **Indicadores sociais de desigualdade em Goiás**

Diversos indicadores ajudam a mensurar o nível de desigualdade social no estado:

▪ **Índice de Gini:** Esse índice mede a concentração de renda. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Em Goiás, o índice ainda está acima de 0,5, o que indica um alto nível de concentração de renda.

▪ **Rendimento médio:** A renda média dos 10% mais ricos é várias vezes maior do que a dos 40% mais pobres. Esse abismo revela o quanto o crescimento econômico não é compartilhado de forma equitativa.

▪ **Educação:** O acesso à educação de qualidade ainda é desigual. Enquanto escolas particulares ou em regiões centrais têm melhor estrutura, muitas escolas públicas em regiões periféricas ou rurais enfrentam falta de professores, materiais e infraestrutura.

▪ **Emprego formal:** A informalidade é alta entre os trabalhadores com menor renda. Pessoas com baixa escolaridade e residentes em áreas rurais ou periféricas têm menos acesso a empregos formais e, consequentemente, a direitos trabalhistas.

► **Desigualdade de raça, gênero e geração**

Outro fator importante a se considerar é que a desigualdade em Goiás também se manifesta de forma interseccional — ou seja, afeta de maneira diferente grupos com características específicas.

▪ **Raça:** A população negra (pretos e pardos) representa a maioria da população goiana e está entre os grupos mais atingidos pela desigualdade. Esses cidadãos têm menos acesso a emprego formal, educação de qualidade e saúde adequada.

▪ **Gênero:** Mulheres, especialmente as negras e chefes de família, enfrentam maiores dificuldades para acessar empregos bem remunerados e equilibrar a jornada de trabalho com as tarefas domésticas, ainda muito desigualmente distribuídas.

▪ **Juventude:** Jovens de bairros periféricos ou do campo enfrentam dificuldades de inserção no mercado de trabalho e estão mais expostos à violência urbana, à evasão escolar e à vulnerabilidade social.

► **Programas sociais e resposta do Estado**

Nos últimos anos, o governo estadual e os municípios goianos têm adotado algumas políticas de enfrentamento à desigualdade. Programas de transferência de renda, incentivos à agricultura familiar e investimentos em educação e saúde básica têm buscado reduzir essas disparidades.

Entretanto, muitos desses programas têm alcance limitado ou sofrem com descontinuidade por questões políticas e orçamentárias. Além disso, a falta de articulação entre os entes federativos e a baixa participação social na formulação de políticas públicas acabam reduzindo a eficácia dessas ações.

Expressões concretas da desigualdade:

A desigualdade em Goiás não é apenas estatística. Ela aparece no cotidiano da população:

▪ Na moradia precária de famílias que vivem em ocupações irregulares ou em casas sem saneamento.

▪ Na distância entre a casa e o posto de saúde mais próximo.

▪ Na dificuldade de conseguir uma vaga em uma escola técnica ou universidade pública.

▪ Na diferença de expectativa de vida entre os bairros mais ricos e os mais pobres.

Essas expressões materiais mostram que a desigualdade não é abstrata, mas uma realidade que afeta diretamente o bem-estar e as oportunidades de vida de milhares de goianos.

POBREZA E FOME: IMPACTOS NA POPULAÇÃO GOIANA

A pobreza e a fome são expressões agudas da desigualdade social. Em Goiás, apesar do crescimento econômico observado nas últimas décadas, esses problemas persistem de forma preocupante. Muitas famílias enfrentam dificuldades para garantir uma alimentação adequada e viver com dignidade.

AMOSTRA

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ART. 205 A 214):
DIREITO À EDUCAÇÃO; PRINCÍPIOS DO ENSINO; GES-
TÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO; DEVER DO
ESTADO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO; MARCOS
LEGAIS DA EDUCAÇÃO: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE
1988 (ARTS. 205 A 214)**

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL DE 1988**

**TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL**

**CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO**

**SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos

de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.



AMOSTRA

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento): (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156-A; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156-A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156-A, § 2º; e (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e

AMOSTRA

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE, SOCIEDADE MEDIEVAL, SOCIEDADE MODERNA, ORIGEM DA ESCOLA PÚBLICA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE****► Educação na Antiguidade: fundamentos sociais e culturais das primeiras práticas educativas**

A Antiguidade representa o ponto de partida do estudo sistemático sobre a educação enquanto prática social organizada. Ao observarmos as civilizações antigas, identificamos diferentes modelos de educação que refletiam diretamente os valores, as crenças religiosas, as estruturas políticas e as finalidades sociais de cada povo. A educação nessa época não estava desvinculada da vida cotidiana: ela era um instrumento de formação para a manutenção da ordem social, a transmissão de tradições e, em alguns casos, o desenvolvimento do pensamento filosófico.

O percurso da educação na Antiguidade é essencial para compreendermos a origem de muitos conceitos educacionais que persistem, de forma adaptada, até hoje. Civilizações como o Egito, a Mesopotâmia, a Grécia e Roma estabeleceram paradigmas distintos de ensino e aprendizagem, todos fundamentados em suas cosmovisões e na divisão social do trabalho.

► Educação no Egito Antigo

A educação egípcia estava profundamente vinculada à religião e ao Estado. Os escribas, por exemplo, desempenhavam um papel central na administração estatal e, por isso, passavam por uma longa formação nas chamadas “Casas da Vida”, centros educacionais anexos a templos.

A alfabetização era restrita a uma elite privilegiada, geralmente composta por filhos de nobres e sacerdotes. O ensino era voltado à formação moral, religiosa e técnica, com foco em:

- Leitura e escrita de hieróglifos
- Cálculo matemático para uso na construção e agricultura
- Doutrina moral baseada no princípio da Ma’at (ordem, justiça, verdade)

A educação, nesse contexto, servia à perpetuação do poder e ao funcionamento da administração estatal altamente centralizada.

► Educação na Mesopotâmia

Na Mesopotâmia, especialmente entre os povos sumérios, acádios, babilônios e assírios, a educação também esteve a serviço do Estado e da religião. Os templos funcionavam como centros de ensino, e os escribas eram instruídos nas chamadas edubas, escolas específicas para o aprendizado da escrita cuneiforme.

Os objetivos educacionais mesopotâmicos eram sobretudo práticos, visando:

- Formação administrativa
- Preparação de escribas e funcionários públicos
- Transmissão de mitos, leis e conhecimentos técnicos

A célebre Lei de Hamurábi demonstra a preocupação com normas jurídicas e a necessidade de um corpo letrado para registrá-las, preservando o funcionamento social e político.

► Educação na Grécia Antiga

A Grécia foi a primeira civilização a apresentar uma concepção mais sistematizada de educação com viés filosófico e humanista. Os modelos educacionais variavam entre as cidades-Estado (pólis), especialmente entre Atenas e Esparta.

▪ **Em Esparta**, a educação (ou paideia) era voltada à formação do cidadão-soldado, com ênfase no preparo físico e na obediência ao Estado. Desde os 7 anos de idade, os meninos eram retirados de casa e colocados sob disciplina militar rígida. A instrução intelectual era limitada e funcional.

▪ **Em Atenas**, por outro lado, a educação visava o equilíbrio entre corpo e mente, com formação intelectual, física e moral. Os meninos de classes sociais elevadas aprendiam com tutores ou nas escolas de gramática, música e ginástica, e posteriormente podiam frequentar escolas filosóficas, como a Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles.

Destacam-se neste período conceitos fundamentais da educação ocidental:

- Desenvolvimento do pensamento crítico
- Valorização da retórica e do debate
- Formação ética do cidadão

A educação era restrita aos homens livres. Mulheres, escravos e estrangeiros eram, em sua maioria, excluídos desse processo.

► Educação em Roma

A educação romana, inicialmente influenciada pelos etruscos e depois fortemente moldada pela cultura grega, passou por transformações significativas ao longo da história da República e do Império.



AMOSTRA

No período republicano, a educação era essencialmente doméstica e prática, voltada à formação do cidadão voltado ao trabalho, à vida pública e à virtude (virtus). O pater familias era o principal educador, e os valores centrais eram:

- Disciplina
- Lealdade
- Honra
- Piedade (pietas)

Com o avanço do Império, surge uma educação mais formalizada, com escolas e professores contratados, dividida em etapas:

1. Ludus litterarius – ensino elementar (leitura, escrita, cálculo)
2. Grammaticus – ensino médio com estudo de literatura grega e latina
3. Rhetor – ensino superior com foco na oratória e formação política

Roma consolidou a educação como instrumento de ascensão social e preparação para a vida pública, ampliando o acesso à educação formal para os homens livres de classes médias e altas, embora a exclusão social ainda fosse presente.

EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE MEDIEVAL

► Educação na sociedade medieval: a hegemonia da Igreja e o surgimento das universidades

A Idade Média, período compreendido entre os séculos V e XV, foi marcada por transformações profundas nas estruturas sociais, políticas e culturais da Europa. Nesse contexto, a educação sofreu grandes mudanças em relação ao modelo clássico greco-romano, passando a ser fortemente influenciada pelo cristianismo e dominada pela Igreja Católica. A queda do Império Romano do Ocidente deu lugar a uma sociedade fragmentada, baseada no sistema feudal, em que o conhecimento era escasso e concentrado nas mãos do clero. A educação medieval refletia essa nova organização social, sendo essencialmente religiosa, elitista e voltada à preservação da fé cristã.

Durante a maior parte da Idade Média, o saber era visto como um meio de aproximação com Deus. A leitura das Escrituras, a contemplação e a vida monástica substituíram o ideal clássico de formação do cidadão ativo e racional. No entanto, a partir do século XI, com o fortalecimento das cidades e o renascimento comercial, surgem novas formas de organização do saber, culminando no surgimento das primeiras universidades, que dariam origem à tradição acadêmica ocidental.

► O papel da Igreja na educação medieval

A Igreja Católica foi a principal e quase exclusiva instituição educativa durante a maior parte da Idade Média. Considerada a guardiã do saber, a Igreja era responsável por preservar os manuscritos antigos e por conduzir os poucos espaços de aprendizagem existentes.

Entre os principais instrumentos da Igreja na educação, destacam-se:

- Escolas monásticas: localizadas dentro dos mosteiros, voltadas à formação de monges e clérigos. Ensinavam leitura, escrita em latim, canto litúrgico, interpretação das Escrituras e cópia de manuscritos.
- Escolas catedrais: surgidas em torno das catedrais urbanas, com foco maior na formação teológica e filosófica, destinadas à formação de membros do alto clero.
- Escolas paroquiais: mais simples, ligadas às paróquias locais, ofereciam noções básicas de leitura para coroinhas e fiéis.

O conteúdo era pautado na doutrina cristã, e a autoridade do magistério da Igreja não podia ser questionada. A educação, portanto, era marcada pela memorização, pela autoridade do mestre e pela ausência de questionamento racional.

► Currículo e método de ensino

O método pedagógico medieval se baseava nas chamadas artes liberais, herança da Antiguidade tardia. Essas artes eram divididas em dois ciclos:

1. Trivium – base para a compreensão da linguagem:
 - Gramática (estrutura da língua latina)
 - Retórica (arte de bem falar)
 - Dialética (lógica e argumentação)
2. Quadrivium – base para o raciocínio matemático e científico:
 - Aritmética
 - Geometria
 - Música
 - Astronomia

Esses saberes compunham o núcleo do ensino superior nos centros de formação cristãos e seriam adotados posteriormente nas universidades medievais.

O ensino era majoritariamente expositivo e baseado na autoridade dos textos. O professor (magister) lia em voz alta as obras clássicas e sagradas, comentando-as e extraindo ensinamentos teológicos ou morais. O aluno deveria escutar, copiar e decorar os conteúdos. A oralidade era central, e a escrita tinha caráter secundário, devido à escassez de materiais e livros.

► Transformações no final da Idade Média: as universidades

A partir do século XII, com o renascimento urbano e comercial, surgem novas demandas por conhecimento leigo e por profissionais qualificados fora da esfera eclesiástica. Isso favoreceu o surgimento das universidades medievais, instituições autônomas de ensino que marcaram uma ruptura parcial com o modelo estritamente clerical.

As primeiras universidades foram fundadas em cidades como:

- Bologna (1088) – voltada principalmente ao estudo do Direito

